

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMANCIPAÇÃO DIGITAL: IMPACTOS DO PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIODIGITAL DO ESTADO DA BAHIA**

Luzineide Miranda Borges - neide.luzi@gmail.com

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

### **RESUMO**

Frente às implicações contemporâneas no contexto da sociedade da informação, as políticas públicas de emancipação digital requerem um olhar crítico e reflexivo acerca das suas intencionalidades e objetividades. Este artigo é fruto da minha pesquisa de mestrado que teve como objeto de estudo as políticas públicas de emancipação digital, analisando os avanços e possibilidades na inclusão sociodigital. O objetivo geral deste estudo foi pesquisar as políticas públicas de emancipação digital como possibilitadoras de democratização e acessibilidade à sociedade em rede (internet) no Estado da Bahia, investigando as ações difundidas pelo Programa de Inclusão Sociodigital da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia dialogando com pesquisadores como Boneti (2006), Lévy (1998), Castells (1999), Santos (2006) e Freire (1997). Para alcançar tal objetivo foi utilizado como procedimento metodológico o Estudo de Caso, o qual permitiu compreender e descrever o objeto de pesquisa respeitando o contexto no qual está inserido e os impactos deste projeto em todo Estado.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas das TIC . Sociedade em rede. Educação digital.

### **ABSTRACT**

Front of contemporary implications in the context of information society, public policies for digital the emancipation require a critical eye and reflexive about its intentionality and objectivity. This article is the result of my master's research that had as object of the study public policy of emancipation digital, analyzing the advances and possibilities in inclusion sociodigital. The objective of this study was to investigate the public policy of emancipation as digital enablers democratization and accessibility of network society (internet) in the State of Bahia, investigating the actions disseminated by the sociodigital Inclusion Program of the Secretariat of Science and Technology Innovation of the State of Bahia dialogue with researchers like Boneti (2006), Levy (1998), Castells (1999), Santos (2006) and Freire (1997). To achieve this objective methodological procedure was used as the case study, which enabled us to understand and describe the research object respecting the context in which it is inserted and the impacts of this project in the State.

**Keywords:** Public Policies ICT. Network Society. Education.

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas de inclusão digital pressupõem, em geral, que há uma exclusão digital causada pela distribuição desigual do acesso às redes de comunicação interativa mediadas por computadores conectados à internet; prescreve-se, como solução democrática, a universalização do acesso a tais redes, assim como a democratização da informação. Mas se compreende que a questão não é apenas de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), ela está aliada a capacidade de potencialização das TIC como possibilitadora da construção e socialização do conhecimento crítico historicamente produzido para as resoluções das problemáticas sociais, culturais, econômicas e políticas.

E emancipação digital presume formação para a autonomia, propiciando aos sujeitos a capacidade de decidir e, ao mesmo tempo, de arcar com as consequências dessa decisão, assumindo, portanto, responsabilidades. Ao fazerem parte dos processos sociais, os sujeitos terão maior capacidade de mobilização social e participação ativa em todas as instâncias. Representa o desenvolvimento do espaço em que homens e mulheres sejam capazes de agir e refletir sobre os seus atos. Na sociedade organizada em rede, homens e mulheres precisam estar no mundo e com o mundo para transformarem-se e, conseqüentemente, transformarem a realidade na qual estão inseridos.

De fato, ao nos aproximarmos da natureza do ser que é capaz de se comprometer, estaremos nos aproximando da essência do ato comprometido. A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir (FREIRE, 1983, p.16).

Compreendendo o sujeito como um ser pensante autônomo e responsável pelas suas ações e decisões dentro do seu contexto social, capaz de produzir respostas e não apenas cumprir ordem e decisões que vêm de outros, a emancipação digital promove a participação democrática de todos os sujeitos e todas as classes sociais. Então, só é possível inclusão/emancipação digital desde que os sujeitos relacionem o acesso às TIC aos seus interesses de classe sociais e às suas necessidades históricas.

As discussões acerca da construção do conhecimento emancipatório e da formação social do sujeito como autor da sua própria história permitiram que delimitasse o meu objeto de pesquisa, que é “Políticas Públicas de Emancipação Digital: Possibilidades e Avanços à inclusão sociodigital no Estado da Bahia”. Tendo como campo da pesquisa as ações da Secretaria de Ciências, Tecnologias e Inovações (SECTI) nos Centros Digitais de Cidadania

(CDC), em especial, o projeto de implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa<sup>1</sup> (NUGEC), por acreditar que a inclusão ou exclusão sociodigital pode comprometer a construção do conhecimento, uma vez que ele vem marcando, decisivamente, esta nova ordem social, histórica e educacional na qual estamos inseridos.

O tema abordado é fruto de observação participante, da atuação como coordenadora na elaboração do projeto NUGEC para os CDC, antigos Centros Públicos de acesso à Informática (Infocentros) do Estado da Bahia. O projeto faz parte do “Programa Identidade Digital” da SECTI e do efetivo envolvimento nas discussões sobre as políticas públicas de emancipação digital em sala de aula como docente e pesquisadora.

Durante a elaboração e efetivação do projeto, várias questões trouxeram inquietações, tais como a não constituição dos núcleos, o número significativo de evasão dos cursistas, a estrutura e a dinâmica de funcionamento dos CDC. Entre outros problemas, a forma de gestão e a participação da comunidade nestes ambientes digitais levaram ao questionamento: por que as políticas públicas não funcionam com iniciativas governamentais e com o projeto substancial de gestão participativa? O que está faltando para a comunidade estar mais presente? Por que tanta resistência da comunidade?

Assim, a discussão desenvolvida é que a internet não só pode contribuir para a democratização do conhecimento historicamente construído, como também colabora para a emancipação dos sujeitos que a ela têm acesso quando lhes é permitida a oportunidade de participar dos grupos virtuais de pesquisa, das comunidades de relacionamentos, de divulgar sua comunidade ou sua associação ou movimento do qual são integrantes. Possibilitando a autoria e/ a coautoria, conforme seu repertório e interesse, a rede pode deixar de ser de pescar para se transformar em uma rede de teia de aranha. Nela, os atores sociais – e aqui se constitui a sociedade civil marginalizada – constroem o seu espaço de troca e colaboração do conhecimento emancipatório, capaz de desfazer a rede da globalização que se configura como política econômica baseada em rede com ramificações diversas, operada por meio das TIC, favorecendo a distribuição, em todo o planeta, da exclusão social, o que afeta os processos de identidade e de subjetivação.

<sup>1</sup> Este é um projeto-piloto da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Inovações – SECTI do Estado da Bahia em parceria com as quatro universidades estaduais da Bahia – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e Universidade Estadual Sudoeste da Bahia – UESB.

## O CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMANCIPAÇÃO DIGITAL NO BRASIL

Os avanços tecnológicos e a internet têm possibilitado uma imensa diversidade de iniciativas econômicas, culturais, sociais, educacionais e mesmo políticas, envolvendo desde projetos para construir e manter telecentros/Infocentros<sup>2</sup> comunitários, até a busca de caminhos para, com as TIC, alavancar culturas e empreendimentos locais para a emancipação digital. Por outro lado, convive-se, no Brasil, com 60 milhões de brasileiros que fazem parte do bolsão da pobreza, que está ausente da internet.

A partir dos anos 90 do século passado, os movimentos globais de acumulação de capital, associados às transformações tecnológicas, em especial à difusão de redes digitais de informação e comunicação, reabriram o debate sobre o futuro do trabalho e a busca de soluções práticas, capazes de aprimorar as condições de emprego e renda dos trabalhadores. A escola, sobretudo o Ensino Médio, passou a enfrentar mais um desafio, universalmente aceito como sendo o da ‘inclusão digital’.

A agenda brasileira de inclusão digital começou a se delinear no final da década de 90, quando foram publicados o “Livro Verde” e o “Livro Branco”, do Programa da Sociedade de Informação (SOCINFO), pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (TAKAHASHI, 2000). Esse programa considera a universalização do acesso às TIC um requisito para construir a chamada “Sociedade da Informação”, visando à redução de desigualdades sociais e à promoção de novos mecanismos de geração de renda e redução do desemprego. Naquela formulação, destacam-se três linhas de ação: a) mercado, trabalho e oportunidades: oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo das TIC; b) universalização de serviços e formação para a cidadania: a promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à internet; o fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social; c) educação na sociedade em rede: certificação em tecnologias de informação e comunicação em larga escala.

Entre alternativas macroeconômicas e políticas públicas voltadas à qualificação profissional do trabalhador e à geração de empregos, destacam-se as iniciativas de inclusão digital, definidas por Silveira e Cassino como, “no mínimo, acesso ao computador e aos conhecimentos básicos para utilizá-lo” (2003, p.18). Ainda segundo os autores, começa a existir um consenso com relação à inclusão digital que a vincula “ao acesso à rede mundial de

<sup>2</sup> Na Bahia, em 2007, com o governo de Wagner, Partido dos Trabalhadores – PT, os Infocentros foram redimensionados pela SECTI para Centros Digitais de Cidadania – CDC, em uma perspectiva de redimensionar as ações desenvolvidas nestes espaços públicos além do infouso.

computadores [...], que dependeria de alguns elementos [...] o computador, o telefone, o provimento de acesso e a formação básica em *softwares* aplicativos” (2003, p. 19).

Atualmente, grande parte das iniciativas no País tem foco na universalização dos serviços e formação para a cidadania. Esse é o caso de telecentros, Infocentros e outras iniciativas que disponibilizam, gratuitamente, ambientes onde os usuários encontram computadores conectados à internet e monitores treinados para proporcionar uma formação básica na utilização dessas ferramentas. Programas governamentais como ProInfo<sup>3</sup> e GESAC<sup>4</sup> ou patrocinados pela iniciativa privada (como o “Amigos da Escola”) têm dado ênfase crescente à integração da escola ao mundo das redes digitais e mesmo à difusão de competências na criação e gestão de conteúdos audiovisuais digitais. Pensar a educação na sociedade do conhecimento exige considerar um leque de aspectos relativos às TIC, a começar pelo papel que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a emancipação e a justiça social como prioridades e que deve ir além da distribuição simples de computadores ou de espaços públicos digitais.

Assim, o problema que se quer abordar é: há no País e, em especial, no Estado da Bahia, projetos de emancipação digital com o objetivo de garantir acesso à rede digital aos 90% excluídos, mas qual a dinâmica de operacionalização das políticas públicas de emancipação digital no Estado da Bahia? Estas políticas promovem efetivamente a emancipação digital ou simplesmente promovem o acesso ao computador?

Lévy (1998) compreende o acesso às TIC como “coadjuvantes na constituição de um sujeito do conhecimento, um sujeito descentrado, imerso num coletivo pensante” (1998, p. 54). Entende-se que exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuar incapaz de pensar, de criar e de organizar novas formas mais justas e dinâmicas de produção e distribuição de riqueza simbólica e material. O resultado poderá ser uma espécie de *apartheid* mental, caracterizado pela exclusão radical de uma grande parcela da humanidade da Era da Informática, ou seja, a emergência da autonomia, tanto de indivíduo quanto de grupo, em que o inimigo é a dependência (LÉVY, 1998, p. 34).

A lógica da Era Digital, desde o princípio, foi à lógica do retorno de capital, seja por

<sup>3</sup> O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) é um programa educacional criado pela Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997, pelo Ministério da Educação, para promover o uso pedagógico da informática na rede pública de Ensino Fundamental e Médio.

<sup>4</sup> O programa GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, do Governo Federal, tem como meta disponibilizar acesso à internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital a comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores.

meio da venda pura e simples de máquinas e serviços, ou com o objetivo de ampliar os índices de produtividade e de lucro. Isso justifica o crescimento da internet, primeiramente como ferramenta das bolsas de valores e instituições financeiras, passando, em seguida, para as grandes empresas, como bancos e supermercados. Por último, chegou aos lares das classes altas e médias, marginalmente, quase sempre como um eletrodoméstico de luxo.

Castells (1999), em sua obra “Sociedade em Rede”, apresenta pesquisa que retrata como a internet foi e vem sendo organizada em torno do capitalismo selvagem. A análise se desenvolve na identificação de uma nova estrutura social, delineada pela presença e pelo funcionamento de um sistema de redes interligadas. Tal sistema leva a perceber as novas relações subjacentes na contemporaneidade como sendo de poder, as transformações estruturais do emprego e a sua consequência para a vulnerabilidade da mão-de-obra, as novas práticas empresariais ou a nova divisão internacional do trabalho, que se apresenta, ao mesmo tempo, como um instrumento de inclusão e de exclusão social. Mas Castells (1999) também acredita que é necessário abrir fendas e brechas nesse sistema, pois a sociedade em rede<sup>5</sup> organizou uma nova ordem social da qual se faz parte, ou se está incluído ou excluído desta rede. A inclusão/exclusão em redes é a “arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossa sociedade” (CASTELLS, 1998, p. 498).

No Brasil, as desigualdades digitais fazem paralelo com as sociais. Enquanto a maioria da população não tem acesso à internet, a minoria conectada bate recordes mundiais em horas navegadas na rede de computadores. De acordo com números apresentados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI Br)<sup>6</sup>, na quinta-feira (24/11/2007), em São Paulo, 68% da população nunca acessou a internet e 55% jamais utilizaram um computador.

Para Young (2007), a exclusão digital também pode ser influenciada pela geografia dos grandes centros urbanos. “Entre dois indivíduos igualmente pobres, o que vive na periferia

---

<sup>5</sup> Para Castells, “rede é um conjunto de nós interconectados... são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (1999:498). No terceiro Capítulo, far-se-á uma discussão mais minuciosa do que é a sociedade em rede, suas características e origem. Mas o que se chama de ‘sociedade em rede’ são as sociedades organizadas e conectadas por computadores em redes, a sociedade da *web*, ou seja, a internet.

<sup>6</sup> Pesquisa realizada em 06/03/2008 em vários *sites* revela que o último mapeamento da inclusão digital foi realizado em agosto e setembro de 2005 e divulgado em junho de 2006 e 2007 em 8.540 domicílios. Além do Instituto Ipsos Opinem e do Ibope/NetRatings, o CGI Br se uniu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para realização deste mapeamento. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>>. Acesso em: 06 mar 2008.

tem três vezes menos chances de ter acesso a um computador do que o que mora próximo a um bairro nobre”, acrescenta.

O levantamento também mostrou que 24% dos entrevistados conectados acessaram a internet nos últimos três meses, sendo que 9,6% costumam navegar diariamente. Quanto ao uso da rede, 41% o fazem para atividades educacionais, 32%, para fins pessoais e 26%, no trabalho. Brasília é a cidade com o maior número de pessoas conectadas, seguida de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro.

Entre as principais atividades realizadas na internet por aqueles que utilizaram a rede nos últimos três meses, destacam-se o uso do *e-mail* (17,21%), a realização de atividades escolares (11,48%), a procura de informações sobre bens e serviços (8,94%) e o envio de mensagens instantâneas (8,48%).

Há um amplo reconhecimento de que a realidade, hoje, tornou-se ainda mais concreta e definitiva do que há uma década – mas é bem diversa do que se imaginava. É o que se deduz do cálculo apresentado por Vieira (2005), presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, segundo o qual 66 milhões de brasileiros precisariam acumular a renda de três a cinco anos de trabalho, simplesmente, para adquirir um micro (um computador novo, com uma configuração básica custa, hoje, em torno de R\$ 1.000,00, cerca de dois salários e meio). Para não falar das dezenas de *hardwares* e *softwares* necessários à emancipação digital, ou do custo dos serviços de telefonia (mesmo usando um provedor gratuito, que nem sempre funciona, isso nas cidades em que há provedor, pois aquelas que não têm pagam interurbano, o que torna impossível o acesso à internet em horários comerciais – a conta, no final do mês, para uma hora de acesso diário, sai por cerca de R\$ 800,00)<sup>7</sup>.

Diante disso, as propostas de emancipação digital tornaram-se mais cautelosas e mais diversificadas, em uma busca sistemática para ampliar, ao máximo, o número de cidadãos com acesso à internet. A preocupação envolve, igualmente, empresas, governos e organizações não governamentais. A Organização das Nações Unidas – ONU, recentemente, contribuiu para a discussão do atraso digital ao colocá-la lado a lado com a fome, o desemprego e o analfabetismo, entre as grandes mazelas sociais da atualidade. Mas isso não amenizou a vida dos que ainda não fazem parte da Era Digital. E as iniciativas do governo não contemplam a amplitude da desigualdade digital. Em todo o País, apenas uma parcela de

---

<sup>7</sup> É preciso constatar que, no momento em que é feita esta pesquisa, se está usando internet discada, apesar de morar em cidade metropolitana: Lauro de Freitas; o acesso à internet banda larga é muito difícil.



0,9% da população de baixa renda acessou a rede gratuitamente em 2005<sup>8</sup>, contra 4,5% da população de renda mais alta. O estudo não apresenta o valor da renda da população pesquisada, dividida em dez faixas. E sugere uma revisão das estratégias de expansão dos centros públicos e das desigualdades sociais, que se refletem nos índices de acesso à internet e, conseqüentemente, no uso das tecnologias de informação e da comunicação.

## **POSSIBILIDADES E AVANÇOS À INCLUSÃO SOCIODIGITAL NO ESTADO DA BAHIA**

O Programa de Inclusão Sociodigital da Bahia da SECTI comemorou em 2008, cinco anos de atuação e se apresenta no cenário brasileiro e baiano como uma referência em ações voltadas para a inclusão sociodigital.

Nestes cinco anos de atuação, o Programa alavancou a participação e o acesso à internet para mais de 500 mil baianos, além de apresentar uma produção de conhecimentos críticos reflexivos quanto àquela inclusão. O Programa também vem avaliando suas metodologias e sua atuação para garantir a emancipação a muitos cidadãos, desde os que estão no Recôncavo até o Sertão.

É possível perceber alguns avanços na inclusão sociodigital com a atuação do Programa nesse período. Em 2003, o Programa de Inclusão Digital foi iniciado em São Félix e Salvador, com a implantação de dois Infocentros; já em 2004, contava com 100 novos Infocentros distribuídos em várias cidades do Estado da Bahia. Hoje conta com 362 CDC implantados em 274 municípios baianos e com mais 324 em fase de implantação em 170 municípios até o final deste ano; são mais de 18.339.396 acessos e 704.140 cidadãos cadastrados no Programa.

Até 2003, apenas 5% da população baiana tinha acesso a computador e 3,5% acessavam a internet no Estado. Em 2005<sup>9</sup>, 8,35% dos baianos já acessavam o computador e 5,67%, a internet. A Bahia apresenta os melhores índices dos Estados do Nordeste depois da implantação do Programa.

Em 14 de janeiro de 2008, a Fundação Getúlio Vargas apresentou o Mapa da Exclusão Digital da Bahia e apontou o Programa Cidadania Digital como um dos mais relevantes de inclusão digital. De acordo com Neri (2006), foi possível “comprovar que o programa

<sup>8</sup> < <http://info.abril.com.br/aberto> > acesso em 20 dez 2007

<sup>9</sup> Dados extraídos do Mapa da Exclusão Digital da Bahia feito pela Fundação Getúlio Vargas, último censo digital realizado.



aumenta a taxa de inclusão digital nos segmentos mais necessitados, que demorariam muito tempo para serem incluídos<sup>10</sup>”. Segundo o estudo, 90,45% dos usuários do PID têm renda familiar até dois salários mínimos, e 62,93% são de domicílios que recebem o Bolsa Família. A pesquisa verificou que os que frequentam há mais tempo os Infocentros, estão mais desenvolvidos nas habilidades técnicas no uso do computador e da internet. Por exemplo, 65,66% daqueles com mais de um ano de PID sabem usar sozinhos o processador de texto, em comparação a 40,75% daqueles com menos de um mês. No conjunto, 55% afirmaram que o Infocentro foi o local onde mais aprenderam sobre internet. Os jovens predominam: 87,4% dos usuários têm até 21 anos; e 84,03% são estudantes — dos quais, 93,70% vêm de escolas públicas. O que explica porque, para 68,39%, pesquisas e trabalhos escolares constituem a principal motivação. Os outros atrativos apontados foram: diversão (51,75%) e comunicação com outras pessoas (51,52%). O principal impacto da internet na vida, para 70,62%, foi no ‘aprendizado’, embora, nas expectativas futuras, 74,94% dos usuários há mais de um ano e 70,45% os que frequentam Infocentros há menos de um mês esperem se beneficiar da internet com a obtenção de ‘emprego’. Também 65,18% dizem querer trabalhar com tecnologia. Mas não se verifica a eficácia da recorrente estratégia de enviar currículos pela rede: apenas 10,37% tiveram retorno (conseguiram entrevista). Entre as melhorias sugeridas para os Infocentros, 83,11% querem mais tempo de acesso. E 80% gostariam, no futuro, de acessar a internet de suas casas. Atualmente, apenas 6,76% fazem isso, enquanto 64,46% se conectam a partir de Infocentros (NERI, 2006).

Em 2004, a internet não existia nas aldeias indígenas, na zona rural e nas comunidades quilombolas nas periferias de Salvador. Hoje, 60% dos CDC que estão sendo implantados estão voltados para estes grupos étnicos, encontrados à margem das políticas públicas sociais e da internet. Nesta mesma realidade se achavam os sindicatos, associações, famílias agrícolas e ribeirinhas, e as ONGs. Segundo o primeiro Secretário Jerônimo Souza, “o Programa vê como prioridade estes grupos sociais”.

Em 2005, o Programa SECTI capacitou cerca de 200 pessoas nas primeiras turmas, a partir de cursos básicos de *softwares* livres, como *Open Office* e *Linux*, com navegação em *Netscape* para trabalhar nos Infocentros. Atualmente, o Programa conta com mais de 1.300 multiplicadores capacitados e vem formando, desde março deste ano, mais 972 novos gestores e monitores. Além da capacitação em Informática Básica, baseada nos *softwares* livres, foi

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://cidadaniadigital.ba.gov.br>>. Acesso em 17 jan. 2007

incluído no Programa de Capacitação dos novos gestores e monitores um módulo de Projetos Socioeducativos, Cultura Digital e Gestão Colaborativa.

No início do Programa, o desenvolvimento dos *softwares* só era possível através da parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus (Cepedi) e a SECTI. Hoje, o PISD tem sua equipe especializada em *software* e vem desenvolvendo computadores e programas de baixo custo, baseados em tecnologias alternativas, o que facilitará o acesso das comunidades de baixa renda à internet. Além destes dispositivos, são desenvolvidos jogos educativos e *softwares* “para que sirvam como recurso didático de auxílio à educação do ensino básico, ao mesmo tempo em que colocam a criança em contato com as tecnologias digitais e ainda contribuem com a cultura dos *softwares* livres”(SAMUEL SOUZA, Técnico do PISD).

Em 2005 e 2006, o Programa reavaliou os seus objetivos e metas e, com o novo governo, ampliou a sua atuação no Estado quanto à perspectiva de inclusão digital. Essa inclusão vai além da distribuição de computadores e deve estar aliada a uma proposta de educação emancipatória em parceria com empresas privadas e a sociedade civil organizada. Assim, o Programa ampliou a sua linha de ação de inclusão digital para inclusão sociodigital. O Programa Identidade Digital passou para Programa de Inclusão Sociodigital e os Centros Públicos de acesso à Informática – Infocentros são chamados de Centro Digital de Cidadania – CDC.

Em 2007, alguns avanços do Programa foram às parcerias com as outras secretarias estaduais e federais para o cumprimento de suas metas de inclusão sociodigital. Exemplos: a Ouvidoria Geral do Estado, a Secretaria Estadual da Fazenda, a Casa Civil, Secretaria de Combate à Fome e à Pobreza, entre outras. Além disso, a SECTI tem estimulado tanto o terceiro setor com o setor privado para agregar parceiros nesta ação.

Nesta nova conjectura, o PISD, ao identificar que a participação das comunidades não existia nos CDC, convidou as universidades estaduais para uma parceria na formação dos gestores e monitores dos Centros, visando à implantação do NUGEC. A participação das universidades estaduais tem sido de grande relevância para o Programa. Elas estão contribuindo para a produção de pesquisa na área de inclusão digital, o que tem possibilitado novas propostas de atuação no Programa. A SECTI firmou parcerias com as universidades até 2009 para dar continuidade ao projeto de implantação do NUGEC e acompanhamento pedagógico aos que já estão implantados.

Entre 13 e 15 março de 2008, a SECTI realizou o primeiro Encontro Baiano de Rede de CDC em Salvador. Foi feito em parceria com as universidades e contou com a presença de mais de 600 gestores e monitores. Além das palestras e debates, o encontro foi marcado por sessão de pôsteres, com mais de 50 projetos-oficinas, estas realizadas nos CDC, e mais três sessões de comunicação oral, com cinco gestores e monitores apresentando relatos de experiências nos Centros. “Esta atividade teve um impacto muito grande na valorização profissional dos gestores e monitores, estes se sentiam na ‘rede’, tivemos dificuldades em selecionar os pôsteres para a apresentação, pois, além dos trabalhos estarem muito bons, ninguém queria ficar de fora” (PINTO, 2008).

Com os NUGEC, os CDC contam agora com outra organização administrativa, pautada na gestão colaborativa. Hoje contamos com 63 NUGEC implantados; no acesa. berimbau, há mais de 630 pessoas cadastradas, entres presidentes e conselheiros dos NUGEC, propondo, avaliando e executando ações de inclusão sociodigitais nos CDC.

As universidades estão na segunda fase de implantação dos Núcleos. Elas estão visitando os territórios e aproximando o diálogo com a comunidade, ou seja, legitimando a pesquisa e a extensão nas universidades. O Programa ainda prevê para este ano de 2008 o Projeto de Recondicionamento de Computadores com a criação de Centros de Recondicionamentos em parceria com as universidades estaduais e o terceiro setor. Quanto às possibilidades, depois das discussões com os gestores, os monitores, a coordenação do PISD e as universidades, pode-se apontar que:

Segundo as universidades, o projeto de criação dos NUGEC deu uma nova perspectiva às políticas de inclusão sociodigital na Bahia, propiciando aos CDC um instrumento de gestão adaptado à realidade de cada comunidade alcançada por eles. O Núcleo é capaz de compilar ideias advindas da comunidade e transformá-las em projetos a serem executados pelos Centros. Assim, a SECTI precisa criar mecanismos de sustentabilidade para a participação dos NUGEC nos CDC, por meio da formação continuada aos seus presidentes em participação social nas políticas públicas de inclusão sociodigital.

Com a ampliação dos novos Centros, sente-se a necessidade de a SECTI intensificar a participação das universidades no Programa de Inclusão Sociodigital da Bahia também em uma gestão colaborativa. A adoção, por parte de cada uma das universidades estaduais, de CDC para orientação nos planos de mobilização social, sustentabilidade desses centros,

levantamento e busca de parcerias seriam algumas ações com as quais as universidades poderiam contribuir.

As empresas parceiras do PISD oferecem aos CDC assistência técnica de três anos. Depois desse prazo, as mantenedoras e a SECTI entram em conflito sem saber o que fazer com os equipamentos quebrados e onde buscar recursos para manter as máquinas em funcionamento. As universidades também estão apresentando um plano de manutenção de computadores para a SECTI a fim de ver a possibilidade de buscar a sustentabilidade dos CDC.

Apesar de o Programa estar fundamentado na cultura digital, com princípios de colaboração e interação, acredita-se que uma avaliação mais sensível deveria ser feita quanto à questão dos direitos trabalhistas dos monitores e gestores. Para os gestores e monitores da Prefeitura e do Estado, o Programa deveria cobrar das mantenedoras que eles fizessem parte do quadro efetivo e sua permanência fosse de, pelo menos, de dois ou três anos nos Centros.

Existem mais de 918 registros de oficinas cadastradas e analisadas pelo Programa e executadas nos CDC. Seria interessante que a equipe de desenvolvimento do PISD criasse no educ.berimbau, ferramenta que disponibilizasse as oficinas para todos os Centros. Algumas são extremamente relevantes e se adequariam à realidade de muitos deles, principalmente os CDC das não governamentais, que enfrentam dificuldades para se manter.

Ainda na perspectiva da valorização das diversidades e no fortalecimento das culturais locais de colaboração e interação na busca da superação dos seis problemas, acredita-se que nada disso será possível sem uma formação continuada dos gestores e monitores que estão à frente dos Centros. Nesta formação, além de oferecer um curso avançado de informática na educação, discutir-se-ia também a continuidade de seus estudos, propondo cursinhos vestibulares à distância, via *moodle*, desenvolvendo o desejo pela pesquisa e possibilitando a troca de experiências.

Com as diversas participações em fóruns, palestras, grupos de trabalho e com as visitas a vários projetos de Inclusão Digital em Salvador, dentre outras coisas, o que se pôde observar é que não existe um projeto padrão que possa servir como modelo para os demais. À medida que se foi conhecendo a realidade na qual se encontrava inserida, observou-se que cada comunidade é um mundo, com seus problemas, carências e prioridades. Assim, percebe-se que cada projeto de inclusão digital ‘deve’ ter a sua particularidade na forma de organização, na proposta e na metodologia de trabalho, pois precisa refletir e atender às necessidades

específicas das comunidades. Outro ponto que merece destaque foi à constatação de que os trabalhos desenvolvidos em parcerias entre as três esferas de atuação (Poder Público, iniciativa privada e terceiro setor), como é o caso dos CDC, tendem a proporcionar melhores resultados, tanto no aspecto quantitativo – verificado pela possibilidade de alcance de um número maior de participantes – quanto no aspecto qualitativo, haja vista a presença de uma melhor infra-estrutura (técnica, logística e humana), o que, naturalmente, repercute na qualidade dos serviços oferecidos. Nesse sentido, conclui-se que a adoção de políticas e estratégias operacionais direcionadas para a concentração de esforços sinérgicos parece se apresentar como a solução mais plausível diante do quadro analisado.

### **ALGUMAS CONCLUSÕES PROVISÓRIAS**

As reflexões realizadas durante o período da pesquisa (2006 a 2008) possibilitam visualizar os esforços para discutir, debater e construir argumentações acerca das Políticas Públicas de Emancipação Digital no cenário do Estado da Bahia, considerando que elas oferecem espaços à mudança no processo de democratização do conhecimento e nas relações entre sujeitos e nos trabalhos coletivos entre professores, alunos e comunidade.

Foi um desafio realizar uma pesquisa com todo o movimento que lhe é pertinente. Acompanhar as discussões no ambiente, participar de todas as reuniões com as universidades, com a coordenação do Programa na SECTI, com os mediadores do curso, acompanhar os cursos presenciais e visita aos CDC, tudo isso exigiu disponibilidade, persistência e, acima de tudo, desejo em compreender as políticas públicas de inclusão sociodigital desde a sua origem até este momento único e colaborativo junto à UNEB, UEFS, UESB e UESC.

Os cursos e capacitações aliados às TIC podem torná-los atuantes e participativos nos seus espaços sociais. Com persistência e comprometimento, podem desenvolver competências, ainda não conquistadas e, embora sejam importantes, constituem apenas uma parte da formação. A ‘sensibilidade solidária’ deve servir de motivação para a construção da identidade do CDC a partir de projetos suscitados das questões sociais locais.

Outra coisa que observei é que o CDC tem se configurado como espaço de promoção de saberes emancipatórios e que a coordenação do Programa tem mobilizado

os gestores e monitores em participação e gestão colaborativas. A realização do I Encontro de Rede de CDC foi uma motivação para esses multiplicadores educacionais, que tiveram oportunidade de compartilhar suas ideias e de vê-las valorizadas por seus colegas. Quem está no Centro, monitor ou gestor, tem consciência da sua atuação como profissional, educador e cidadão. Nas participações nos fóruns, eles expressam as suas opiniões sobre as várias relações estabelecidas com o Programa. A fluidez do ciberespaço tem contribuído para que os executores das políticas públicas se expressem, em tempo real, quanto às problemáticas que enfrentam no seu dia a dia, buscando a colaboração de outras pessoas e exigindo que se repense as propostas. Esta comunicação ‘instantânea’ tem levado a equipe do Programa a rever seu planejamento e a buscar novas ações dentro do próprio projeto.

A proposta de implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa foi um avanço considerável dentro do Programa. É fruto da participação das universidades estaduais e dos multiplicadores educacionais no âmbito do Programa, com a organização de grupos culturais que não eram legitimados nele. Espera-se que estes núcleos forneçam elementos de consolidação, não de acomodação, a gestores e monitores verdadeiramente integrados ao Programa de Inclusão Sociodigital e que o exercício da cidadania seja um imperativo dentro destes centros públicos de acesso à rede digital, compreendendo que a cidadania vai além do infousso da internet. Constitui, portanto, participação colaborativa na administração dos CDC como condição para construir uma sociedade mais equitativa.

Deve-se amadurecer o entendimento e perceber que os projetos socioeducativos podem fazer muito mais com a assimilação e reconstrução dos conceitos de gestão colaborativa e participativa para a promoção da cidadania. A educação democrática pretende a cidadania com seu significado forte, que permita ouvir as diversas vozes populares. A voz cidadã expõe a decência, sua afirmação como gente, o exercício ético, a possibilidade de intervenção na realidade, a escolha pelo coletivo e assunção da responsabilidade pela construção possível do sonho de uma sociedade cada vez menos desigual (FREIRE, 2001).

Não se tem a pretensão de acreditar que um projeto, como este do CDC/NUGEC, possa resolver questões da magnitude e do tamanho do Estado da Bahia. Entretanto, sabe-se que pode reunir esforços para reduzir a distância do acesso às informações a um maior número de pessoas, através de projetos inclusivos, pela iniciativa pública, com a parceria

da sociedade civil, apesar de ser um princípio democrático, mas insuficiente para dar conta de uma realidade tão complexa como a brasileira. Vale à pena ressaltar que, quando foi iniciada esta pesquisa, a cidade natal da pesquisadora não tinha nenhum espaço público de acesso à internet e hoje, com este Programa de Inclusão Sociodigital, mais 176 cidades terão seus CDC implantados.

Espera-se que esse Programa, em que todos os atores sociais estão imbuídos na promoção da emancipação social, vislumbre a capacidade de utilizar as TIC como espaço das discussões das causas internas que afligem a todos e como possibilidade de transgressão das práticas instituídas, fazendo com que se perceba a necessidade de romper com velhas hierarquias escolares, políticas e sociais.

Vale enfatizar que, para compreender esse objeto de pesquisa, complexo e amplo, houve a necessidade de voltar ao ponto de partida para encontrar a rota. Este trabalho foi, de fato, motivador e instigante, com nuances tais como o forte envolvimento com o projeto de implantação dos NUGEC. Isso quase chegou a impedir de se enxergar o foco central, ou seja, compreender como as políticas públicas das TIC são constituídas. Por esse motivo, o NUGEC, às vezes, se expressava mais que as outras ações, causando um ir e vir na teia própria da pesquisa.

Assim, esta pesquisa suscita novos estudos na área de educação e políticas públicas das TIC. Algumas questões merecem melhor atenção e reflexão mais crítica quanto aos seus fundamentos e suas intencionalidades. Questões como os movimentos sociais e as tecnologias da informação e comunicação nas configurações das sociedades contemporâneas, as políticas públicas das TIC para os quilombolas, as comunidades ribeirinhas e os povos indígenas, as práticas de gestão colaborativa mediatizadas por elas, os *softwares* livres no CDC e educação não formal em espaços sociodigitais. Enfim, são muitas pesquisas que foram desencadeadas e requerem um olhar mais crítico de outros que desejem trilhar pelas pesquisas em políticas públicas das TIC e educação.

Como desdobramentos à nossa colaboração nas discussões sobre políticas públicas e emancipação, fomos desafiados a compreender este processo crítico e conflituoso como a possibilidade de buscar espaços em que homens e mulheres sejam capazes de tornarem-se mais criativos, sociais, livres, conscientes e mais participativos. Mas, para que isto se efetive, as atividades socioeducativas deverão se ancorar nas problemáticas sociais em que homens e mulheres assumam as responsabilidades de seus atos.



## REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1999.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**; tradução Maria L. X. de A. B., Rio de Janeiro: Jorge Zahar.2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **A ideografia dinâmica: rumo a uma imaginação artificial?** São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE)**. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sociedade da Informação no Brasil**. Livro Verde. Brasília. 2002.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco: Ciências, Tecnologia e Inovação**. CTBrasil, Brasília.2002.

NERI, Marcelo. **O Mapa da Exclusão Digital da Bahia**. FGV/BRE, Rio de Janeiro, 2006.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina. 2007.

RAMAL, Cecília A. **Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed. 2002.

RECUERO, R. Redes sociais na internet: considerações iniciais. **XXVII INTERCOM**. Porto Alegre.2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record. 2006.

SANTOS, S. R. **Inclusão digital precisa de investimentos em infra-estrutura.** <<http://info.abril.com.br/aberto/infonews>>. Acesso em 16 mar. 2008.

SANTOS, Boaventura S. **A globalização e as ciências sociais.** 2ªed.; São Paulo: Cortez, 2002.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia.** Bahia, abril, 2008. Disponível em: <<http://www.secti.ba.gov.br/>> Acesso em 16 mar. 2008.